

# APRESENTAÇÃO

Vinculada à Secretaria da Saúde do Estado com a finalidade de “realização de cursos anuais e regulares para a formação de técnicos nos diversos setores da saúde pública” (Art. 2º), a Escola de Saúde Pública (ESP/RS) foi criada em 1962, pelo Decreto Estadual nº 13.812. Ao longo de sua existência e em diferentes cenários políticos, ampliou e diversificou sua área de atuação, incluindo cursos de pós-graduação, programa de residência e especialização em área profissional, cursos de aperfeiçoamento, cursos de educação profissional e atividades de extensão, no cumprimento de sua missão de “promover educação, capacitação, qualificação e a produção de conhecimentos para o Sistema Único de Saúde (SUS)”. A ESP vem contribuindo para a formação de trabalhadores para o SUS em pontos estratégicos do Rio Grande do Sul e desenvolvendo ações de educação em saúde para a comunidade. Além da formação de profissionais para a atuação nos diferentes espaços de saúde pública disseminados pelo estado gaúcho, a escola mantém projetos permanentes e realiza encontros que têm repercussão social pela sua abrangência e qualidade.

A ESP caracteriza-se, ainda, como um Centro de Pesquisa do Estado, desempenhando o papel de executora de pesquisas de interesse das políticas de saúde e, assim, subsidiando decisões e ações sobre as políticas setoriais. Tem sido inovadora em várias áreas, como no Direito Sanitário, o qual está diretamente vinculado à saúde pública, pois incorpora as questões jurídicas sobre a proteção, a promoção e a atenção à saúde, além de regular os serviços de assistência à saúde, os procedimentos de saúde, o saneamento básico, a produção de medicamentos, o meio ambiente, a produção de alimentos e bebidas, a produção e eliminação de resíduos químicos, o controle de zoonoses, dentre outras.

Mesmo estando presente no cotidiano das capacitações oferecidas pela ESP, o Direito Sanitário passa a ser sistematizado a partir do I Curso de Especialização em Direito Sanitário e Vigilância em Saúde, fruto das discussões entre a ESP/RS e o Centro Estadual de Vigilância da mesma Secretaria de Saúde (CEVS). Identificou-se a necessidade de ampliação dos conhecimentos técnicos, desta vez sob uma visão transdisciplinar, dos gestores e dos trabalhadores de diversas carreiras, que desenvolviam atividades correlatas ao Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no campo de Direito Sanitário e da Vigilância em Saúde em suas ações diárias. Então, mediante uma parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO, Universidade de Roma Tre (Itália) e *in company* com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), foi possível dar início, em 2007, à primeira turma do Curso de Pós-Graduação em Direito Sanitário aplicado à Vigilância em Saúde.

Após a conclusão da primeira edição do curso, realizou-se uma avaliação da efetivação dos seus objetivos, tendo em vista o panorama da sociedade no que diz respeito ao direito sanitário como ramo de direito público e optou-se pela ampliação de sua abrangência, incorporando os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, que lidam diariamente com questões relacionadas à saúde. Desde então, o Curso de Direito Sanitário tem ocorrido anualmente. Hoje temos 50 alunos formados e 151 em formação e estamos na V turma deste curso. Além disso, temos, em andamento, uma proposta de um curso trinacional de Direito Sanitário.

Através da parceria com a Universidade de Roma Tre (Itália), os alunos são convidados a

participar de seminários internacionais, que costumam acontecer anualmente. O I Seminário Internacional de Estudos Comparados sobre Desafios Jurídicos, Econômicos e Sociais na Sociedade Atual foi realizado de 28 a 31 de janeiro de 2008, na referida Universidade, e, agora, estamos organizando o III Encontro Internacional, cujos participantes terão atividades não só na Itália, mas também na França. Estes eventos têm por objetivo utilizar os novos conhecimentos e tecnologias de modo a promover uma sociedade mais justa e equitativa, bem como fortalecer o processo de internacionalização da ESP.

Em 2007, por meio da Portaria 267, foi constituído na ESP o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito Sanitário, voltado a atividades de pesquisa e cooperação multilateral para o fortalecimento institucional na área do Direito Sanitário. Este núcleo mantém cooperação técnica com o Centro de Estudos e Pesquisas em Direito Sanitário (CEPEDI-SA), da USP, e desenvolveu a pesquisa “Capacitação em planejamento e desenvolvimento de políticas de saúde: construindo uma rede colaborativa para favorecer a participação popular” juntamente com aquele centro e com a UNISINOS. Estas duas ações só se concretizaram porque o corpo técnico da ESP se dispôs mais uma vez a ousar. Hoje fazemos parte de uma importante rede que defende o SUS, como um SISTEMA no qual todos somos incluídos e pelo qual todos precisamos lutar cotidianamente para termos assegurado o direito ao direito à saúde.

Também como parte do Curso de Direito Sanitário, a ESPRS vem realizando anualmente o Seminário de Direito Sanitário. Ao longo de cada seminário, propicia-se o encontro entre juristas e docentes consagrados, o que permite novos questionamentos sobre o tema, principalmente quando discutidas as dificuldades sociais brasileiras na esfera da saúde pública, intensificadas pelas novas medidas impostas pelo Estado. Nesse sentido, em

2007, aconteceu o “I Seminário Gaúcho de Direito Sanitário: do Direito à Saúde à Saúde do Direito”, realizado nos dias 17, 18 e 19 de dezembro no Auditório Érico Veríssimo do Centro Cultural da CEEE – RS, oportunidade em que foi assinado Termo de Cooperação entre a Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), a Defensoria Pública, a Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (EMAGIS), a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), o Ministério Público, a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Saúde, objetivando dinamizar, fortalecer e consolidar o Direito Sanitário no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Desde então, a ESP/RS tem assumido um lugar importante no alargamento do espaço de debates sobre o Direito Sanitário.

Consoante com sua trajetória e com sua missão, a ESP se coloca, juntamente com a Secretaria da Saúde e com outras instâncias de governo e do Estado, o desafio de pensar limites e possibilidades de efetivar ações que contribuam para melhorar as condições de vida e saúde das populações, fortalecendo uma internacionalização solidária por acreditar que não existem fronteiras na vida, e que só é possível crescer quando há compartilhamento, quando criamos espaços de troca, quando damos maior ênfase às relações do que às fronteiras, sejam elas geográficas ou de momento histórico.

Tendo em vista o grande número de questionamentos que o Direito Sanitário enseja e a busca de uma compreensão maior sobre o contexto do direito à saúde no Brasil, o Boletim de Saúde abriu espaço para o tema, que considera primordial a construção do SUS que todos queremos. Os artigos que seguem são de professores que estão vinculados com o tema e também fazem parte do corpo docente convidado da ESP. Este volume está dividido em três partes: artigos, ensaios e memória. Iniciamos a discussão tratando dos limites e possibilidades do SUS; a seguir, José Luis Bolzan de Moraes trata o tema da *justiça* e *injustiça* no direito à saúde. Incluímos neste vo-

lume contribuições de especialistas internacionais, caso do artigo referente às características positivas e negativas do direito à saúde, de Arnaldo Miglino; a perspectiva internacional será o tema da contribuição de Virginia Zambrano, assim como a contribuição de Vitulia Ivone, que apresenta a questão complexa da tutela da vida. Encerramos a primeira parte com as reflexões de Stefania Negri, a qual aprofunda aspectos internacionais do direito à saúde e afirma que este direito tem uma afirmação *tardia*. Na seção seguinte, há um tema complexo, em que Luiz Alberto David Araújo apresenta as dificuldades de efetivação dos direitos às pessoas com deficiência; seguimos as reflexões com a abordagem de Carlos Duarte sobre um tema que movimentou diversas áreas dos sistemas da saúde em função da conhecida decisão de Giruá; Maria Célia Delduque, mais uma vez, reforça a saúde não apenas como direito, mas também como dever; nesta mesma linha, temos a contribuição de Germano Schwartz, que trata das complexas relações entre sistema da

saúde e sistema do direito. Continuando com as reflexões sobre a decisão de Giruá, teremos a contribuição do Manoel Jorge, mostrando que a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal ameaça o SUS; novamente temos uma contribuição internacional com Lorenzo Chieffi, que trata da polêmica tutela à saúde dos imigrantes irregulares na Itália; por fim, a contribuição de Janaína Sturza, que faz uma análise comparativa sobre o dano biológico no ordenamento brasileiro e italiano. Concluímos o Boletim lembrando que violência é um problema de saúde pública, e aqui temos a contribuição de Rafaela Giongo, que traz para o debate do tema o mais famoso erro judiciário no Brasil: O caso dos Irmãos Naves.

Na expectativa de que este volume possa auxiliar no processo de efetivação do direito ao direito à saúde, desejamos uma ótima leitura.

**Sandra Regina Martini Vial**  
**Editora Convidada**

# PRESENTATION

Linked to the Secretaria da Saúde do Estado (Health Secretary of State) for the purpose of “conducting annual and regular courses to train technicians in various fields of public health” (Article 2), the Escola de Saúde Pública (School of Public Health - ESP / RS) was established in 1962, by Decreto Estadual (State Decree) No. 13,812. Throughout its existence, which has included a number of political scenarios, it has expanded and diversified its areas of operation (including post-graduate courses, a residency and professional specialization program, training courses, professional education courses, and enrichment activities) in fulfillment of its mission “to promote education, training, qualification and the production of expertise for the Sistema Único de Saúde (Single Health System - SUS). The ESP has been helping to train workers for the SUS at strategic points in Rio Grande do Sul and developing health education activities for the community. Besides the training of professionals to work in different areas of public health disseminated throughout the southernmost state, the school also maintains permanent projects and holds meetings which create social repercussions due to their comprehensiveness and quality.

The ESP is also characterized as a Centro de Pesquisa do Estado (Research Center of the State); it performs research with interests in the politics of health, and thus, supports decisions and actions on regional policies. It has been innovative in several areas such as Direito Sanitário (Health Law), which is directly linked to public health, as it embodies the legal issues of protection, promotion and attention to health care, in addition to regulating health care ser-

vices, health procedures, basic sanitation, the production of medications, the environment, food and beverage production, the production and disposal of chemical waste, and the control of zoonoses, among others.

Even though it is present in the daily training offered by ESP, Direito Sanitário (Health Law) shall be systematized by the I Curso de Especialização em Direito Sanitário e Vigilância em Saúde (First Specialization Course in Health Law and Health Surveillance), which was the product of discussions between the ESP / RS and the Centro Estadual de Vigilância (State Center for Surveillance) of the same Secretaria de Saúde (Department of Health - CEVS). We identified the need for expanded technical expertise, this time under a multidisciplinary vision of managers and workers from diverse fields, who have developed activities related to the Sistema Único de Saúde (Single Health System - SUS), especially in the field of Direito Sanitário (Health Law) and Vigilância em Saúde (Health Surveillance) in their daily actions. Then, through a partnership with the Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization - UNESCO), University of Roma Tre (Italy) and in-company classes with the Universidade do Vale do Rio dos Sinos (University of Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS), it was possible to initiate in 2007, the first class of the Curso de Pós-graduação em Direito Sanitário aplicado à Vigilância em Saúde (Postgraduate Course in Health Law applied to Health Surveillance).

Upon completion of the first edition of the course, an evaluation of the effectiveness of its

objectives was held, with the vastness of society's opinions with regard to health law as a branch of public law kept in mind. It was decided to enlarge the course's scope, incorporating servers of the judiciary and prosecutors, who deal daily with issues related to health. Since then, the Curso de Direito Sanitário (Health Law Course) has been occurring annually. Today we have 50 graduates and 151 students in training and we are in class V of this course. Moreover, we have a proposal in motion for a tri-national curso de Direito Sanitário (Health Law course).

Through the partnership with the University of Roma Tre (Italy), students are invited to participate in international seminars, which usually occur annually. The I Seminário Internacional de Estudos Comparados sobre Desafios Jurídicos, Econômicos e Sociais na Sociedade Atual (First International Seminar on Comparative Studies on the Legal, Economic and Social Challenges of Current Society) was held from the 28<sup>th</sup> to 31<sup>st</sup> of January 2008, at the aforementioned university, and now we are organizing the III Encontro Internacional (Third International Conference), whose participants will have activities not only in Italy, but also in France. These events are aimed at using new knowledge and technologies in order to promote a more just and equitable society, and to strengthen the internationalization process of the ESP.

In 2007, through Portaria (Decree) 267, the Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito Sanitário (Center for Studies and Research in Health Law) was established at ESP. It is aimed at research and multilateral cooperation towards institutional strengthening in the area of Direito Sanitário (Health Law). This center maintains technical cooperation with the Centro de Estudos e Pesquisas em Direito Sanitário (Center for Studies and Research in Health Law - CEPEDISA) at USP, and together (with UNISINOS),

the two developed the study "Training in planning and development of health policies: building a collaborative network to promote popular participation". These two events only came to fruition because the technical staff at ESP was willing to take a chance once again. Today we are part of an important network that defends the SUS as a SYSTEM in which everyone is included and for which we all need to struggle daily to secure the right to health rights.

Also as part of the Curso de Direito Sanitário (Health Law Course), ESP-RS has been annually conducting the Seminário de Direito Sanitário (Health Law Seminar). Over the course of each seminar, meetings between lawyers and dedicated scholars are offered. These allow new questions to be asked about the topic, specifically in relation to Brazilian social problems in the sphere of public health, which are worsened by the new measures imposed by the state. Thus, in 2007, the "I Seminário Gaúcho de Direito Sanitário: do Direito à Saúde à Saúde do Direito (First Gaúcho Health Law Seminar: From the Right to Health to Health Rights)", was held on the 17<sup>th</sup>, 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> of December in the Auditorium of the Erico Verissimo Cultural Center CEEE - RS. On this occasion a Termo de Cooperação (Statement on Cooperation) was signed by the Associação de Juizes do Rio Grande do Sul (Association of Judges of Rio Grande do Sul - AJURIS), the Defensoria Pública (Public Defender's Office), the Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4<sup>a</sup> Região (School of Magistrates of the Federal Court of the 4<sup>th</sup> Region - EMAGIS), the Fundação Escola Superior do Ministério Público (Higher Education Foundation of Public Prosecution - FMP), the Ministério Público (public prosecutor's office), the Procuradoria Geral do Estado (Attorney General's Office) and the Secretaria de Estado da Saúde (Health Secretary of State). It was aimed at revitalizing, strengthen-

ing and consolidating *Direito Sanitário* (Health Law) within the *Estado do Rio Grande do Sul* (State of Rio Grande do Sul). Since then, the ESP / RS has assumed an important place in the widening of space for debate on Health Law.

Consistent with its history and its mission, the ESP places itself to face, alongside the *Secretaria de Saúde* (Secretary of Health) and other levels of federal and state government, the challenge of thinking about limits and possibilities for effecting change that will contribute to bettering living conditions and the health of the population, strengthening the internationalization of solidarity by believing that there are no boundaries in life, and that there can only be growth when there is sharing, when we create spaces for exchange, when we focus more on relationships than on borders, whether they be geographical or historical.

Given the large number of questions that Health Law entails and the search for greater understanding of the context of the *Direito à Saúde* (Right to Health) in Brazil, the *Boletim de Saúde* (Bulletin of Health) made space for the topic, which it considers essential to the construction of the SUS that we all want. The articles that follow are written by professors that are linked to the topic and are also a part of the guest faculty of ESP. This volume is divided into three parts: articles, essays, and memory. We begin the discussion by addressing the limits and possibilities of the SUS; then José Luis Bolzan de Moraes discusses the topic of justice and injustice in terms of the right to health. We have included in this volume the contributions of international experts, such as the article referring to the positive and negative characteristics of the right to health written by Arnaldo Miglino. International perspective will be the theme of the contribution of Virginia Zambrano, as well as the contribution of Vitulia Ivone, which pres-

ents the complex question of the protection of life. We conclude the first part with the reflections of Stefania Negri, which deepen the international aspects of the right to health and affirm that this right has a belated claim. The next section deals with a complex issue.

David Luiz Alberto Araujo presents the difficulties in implementation of the rights of people with disabilities; we follow the reflections of Carlos Duarte as he broaches a subject that changed several areas of health systems as a result of the famous decision of *Giruá*; Maria Célia Delduque once again reinforces health not only as a right but a duty. In this same vein, we have the contribution of Germano Schwartz, who handles the complex relationships between health system and law systems. Continuing with the reflections on the decision of *Giruá*, we have the contribution of Manoel Jorge, showing that the decision taken by the *Supremo Tribunal Federal* (Supreme Federal Court) threatens the SUS. We also have an international contribution by Lorenzo Chieffi, which deals with controversial health protection of illegal immigrants in Italy. Finally, we have the contribution of Janaína Sturza, who does a comparative analysis of biological damage in Brazilian and Italian planning. We conclude the bulletin with a reminder that violence is a public health problem, and here we have the contribution of Rafaela Giongo, who brings to the debate the most famous case of a miscarriage of justice in Brazil: The case of the *Irmãos Naves* (Naves Brothers).

With the expectation that this volume will assist you in the process of establishing the right to health rights, we hope you enjoy your reading.

**Sandra Regina Martini Vial**  
**Guest Editor**